

O central e o local: bases para uma melhor compreensão do funcionamento das câmaras municipais no império português

The central and local: grounds for the best comprehension of the municipal council operation in the portuguese empire

Fernanda Fioravante¹

MACHADO, Maria de Fátima. *O central e o local: a vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*. Porto: Edições Afrontamento, 2003, 258 p.

Os últimos anos têm assistido a um franco processo de trocas entre a historiografia portuguesa e brasileira, sendo notáveis os resultados alcançados pelos historiadores nacionais². Não obstante tal intercâmbio, muitos estudos ainda estão por serem conhecidos em ambos os lados. Esse é o caso de *O central e o local: a vereação do Porto de D. Manuel a D. João III*, de Maria de Fátima Machado. Resultado de sua dissertação de mestrado sob a orientação de Humberto Barquero Moreno, o livro – publicado em 2003 com o apoio da Câmara do Porto e vencedor do Prêmio da Cidade de Porto –, realiza um detalhado estudo deste órgão municipal entre os anos de 1518 e 1530.

Maria de Fátima assinala, logo na introdução do livro, o contexto no qual Portugal atravessava um processo de desenvolvimento e modernização acompanhados de uma maior centralização política implementada pelo rei D. Manuel, em princípios do século XVI. Tal transcurso levou à reestruturação do aparelho de estado, dando, dessa forma, continuidade ao trabalho iniciado por seu antecessor. Conforme Maria de Fátima, o referido processo tornou-se possível em decorrência do poderio alcançado pelo reino como resultado de sua expansão marítima e da consolidação da paz com Castela em função da

¹ Mestranda em História pela UFRJ – Bolsista CAPES. Correio eletrônico: fernandafioravante@ig.com.br

² BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro Civilização Brasileira, 2003. BICALHO, Maria Fernanda. “As câmaras municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 18, n 36, 1998, pp. 251-280. FRAGOSO, João, BICALHO, Maria F & GOLVÊA, Maria de Fátima (orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001. FRAGOSO, João. “A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)”. In: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro, vol. 1, 2000, pp. 45-122. GOLVÊA, Maria de Fátima. “Redes de poder na América portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro (1790-1822)”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 18, n 36, 1998, pp. 297-330.

política de alianças por meio de três casamentos entre as duas coroas, bem como de outros sucessos no respeitava à política externa.

De acordo com a autora, os intentos do rei por uma maior concentração de seu poder pautaram-se por uma série de medidas com o intuito de reestruturar o aparelho de Estado. São elas: a uniformização da legislação e das práticas administrativas e judiciais, a reforma dos forais, a publicação das Ordenações Manuelinas e a tentativa, ainda que fracassada, da implementação de uma reforma concernente aos padrões de pesos e medidas. Após a morte de D. Manuel, D. João III, seu sucessor, embora não dispusesse da perspicácia do pai ou da avultada riqueza de outrora, procurou dar continuidade à edificação de um aparelho de estado mais eficaz e centralizado.

Não obstante, e conforme a autora, a busca pela efetivação de uma política administrativa mais centralizada ia de encontro à autonomia dos poderes locais levando, desse modo, à diminuição do poder da Câmara da cidade do Porto. A coroa passava, então, a interferir diretamente em antigos costumes, posturas e privilégios do município não deixando, muitas vezes, margem de atuação para os detentores do governo da municipalidade poderem mitigar as determinações régias.

Esse é o contexto no qual Maria de Fátima Machado realizou um amplo estudo acerca da administração municipal da Câmara portuense, atentando para vários elementos constitutivos da administração municipal, tais como: o funcionamento da vereação, as interferências do órgão municipal na economia local, as finanças de que dispunha e os gastos com os quais havia de arcar; e, por fim, os aspectos mais ligados à vida cotidiana – saúde, segurança e realização de festas. Para levar a cabo tal empreitada, a autora serviu-se de uma variada documentação composta de registros dos “Cofres dos Bens do Conselho”, “Provisões”, “Sentenças”, “Vereações”, “Ordenações” Afonsinas e Filipinas, além de trabalhos de memorialistas e dicionários.

Na primeira parte do livro, a autora se dedica a apontar, além dos postos camarários, suas funções, de que modo e por quem eles eram ocupados. Dessa forma, Maria de Fátima aponta que por meio de um complexo sistema eleitoral, os escolhidos para ocupar os cargos concelhios precisavam trazer consigo as seguintes características: gozar do status de cidadãos detentores de poder econômico – por via de regra deveriam ser filhos ou netos de cidadãos os quais outrora houvessem sido ocupantes de cargos concelhios –, e maiores de 25 anos. Além disso, a autora aponta a ocupação dos altos postos da Câmara como forma de alcançar nobilitação e honra pelos seus titulares.

Maria de Fátima se detém em cada posto camarário para explicar as funções que exerciam, segundo uma hierarquia de importância. Ademais, assinala questões ligadas ao funcionamento diário, às atividades empreendidas, e à assiduidade dos oficiais nas sessões da Câmara. A autora se ocupa, ainda na primeira parte, dos símbolos de poder ostentados pelo concelhio e dos conflitos que a guarda dos mesmos poderia gerar.

Reunindo alguns dos capítulos mais interessantes do livro, a segunda parte da obra trás à baila novamente um ponto abordado na introdução do livro, qual seja: a relação entre poder municipal e central, assim como a diminuição da autonomia da Câmara. Conforme sinalizou a autora, o processo levado à frente por D. Manuel encerrava uma série de medidas as quais visavam a reestruturação do Estado assentada na uniformização e promulgação de leis e padrões, os quais pudesse conferir maior concentração do poder nas mãos do rei. Desse modo, algumas das interferências diretas da coroa sobre a Câmara do Porto se expressaram por meio da nomeação dos ouvidores e juizes de fora, os quais tinham por função primeira verificar o bom procedimento dos oficiais camarários e funcionamento do órgão municipal. A presença desses oficiais régios foi objeto de muitas reclamações por parte do poder local.

Outros aspectos emblemáticos da perda de autonomia pela Câmara do Porto podem ser atestados no fato de as pautas das eleições terem passado, nesse momento, a ser remetidas à Corte para a confirmação dos eleitos pelo monarca. Além disso, a aferição anual das contas do conselho ficou a cargo de um oficial régio. A coroa também buscou enfraquecer o poder local portuense por meio da tentativa de revogação dos privilégios da cidade do Porto, medida na qual não obteve sucesso. Assim, neste como em outros exemplos apontados, fica patete que, não obstante a Câmara do Porto padecesse frente ao crescente poder do rei, este não podia satisfazer totalmente sua vontade, sendo necessário por vezes, atender os anseios do poder local.

A terceira parte trata de um aspecto essencial para o entendimento da importância da atuação da Câmara, a saber: os afazeres empreendidos por este órgão referentes à regulação das atividades econômicas e de abastecimento do município. Nesse sentido, a autora destaca que era função do órgão municipal aferir preços, assim como garantir o abastecimento e a qualidade dos produtos de primeira necessidade à maior parte da população, ao mesmo tempo em que procurava ajustar um “ganho justo e honesto aos produtores e mercadores”.

Profundamente relacionada com a seção anterior, a quarta parte trata das finanças da Câmara do Porto. Nesse ponto, Maria de Fátima se deteve nas receitas, nos saldos e nas despesas correspondentes aos anos de 1520 e 1522, realizando uma apreciação reveladora ao assinalar os itens com os quais os oficiais camarários arrecadavam ou gastavam as rendas do órgão municipal. Tanto para as receitas como para as despesas, a autora apresenta uma explicação pormenorizada de cada item encontrado na documentação, o que certamente funciona como um importante instrumento para a realização de um estudo comparativo com as Câmaras de outras regiões do Reino e no

O central e o local: bases para uma melhor compreensão do funcionamento das câmaras municipais no império português

Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 175-178, 2006

177

auxílio da sistematização dos dados encontrados segundo o método no qual a autora se pautou³.

Por fim, na última parte do livro, são tecidas considerações a propósito de outras características da vida cotidiana da Câmara. Nesse sentido, esta seção versa sobre a preocupação dos oficiais portuenses quanto à preservação da higiene e sua constante luta com o fim de evitar o contágio da peste. Além disso, segundo a autora, buscava-se a manutenção da segurança através de medidas as quais visavam a minimização da violência. Integrando parte deste cotidiano, Maria de Fátima inclui a realização anual da festa de Corpus Christi pelo poder camarário, ressaltando a importância deste evento como uma notável ocasião para a exibição de poderes e reafirmação de hierarquias.

A atenção em torno da negociação entre poder local e central tem suscitado, nos últimos anos, muitos trabalhos acerca do funcionamento, da composição e do universo de ação dos oficiais da Câmara frente ao rei na defesa dos próprios interesses ou dos interesses dos demais membros da elite, aos quais estavam ligados e representam. No Brasil, Caio Prado Junior esteve entre os primeiros os quais se preocuparam com a administração municipal, apontando sua subordinação ao aparelho administrativo da metrópole⁴. Recentemente, e cada vez mais, a historiografia atinente ao assunto tem apontado para uma maior autonomia deste órgão municipal, bem como conferido maior atenção à atuação da elite local através do mesmo. Nesse sentido, o trabalho de Maria Fernanda Bicalho assume sua importância⁵.

O estudo pormenorizado realizado por Maria de Fátima Machado, por todos os pontos sobre os quais discorre, certamente tem muito a colaborar com as discussões relativas ao funcionamento, composição, funções e autonomia da Câmara. Ademais, seu trabalho fornece uma grande contribuição para a ampliação das análises comparativas deste órgão com outras partes do Império luso.

³ A autora segue a subdivisão entre os itens da despesa conforme o proposto por Iria Gonçalves em seu estudo. GONÇALVES, Iria. "Despesas da Câmara Municipal de Lolé em meados do século XV" In: Um olhar sobre a cidade medieval. Cascais: Patrimônia Histórica, 1996.

⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense: Publifolha, 2000, passim.

⁵ BICALHO, Maria Fernanda, op. cit.